De harmonia com o disposto na parte final do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 93/78, de 13 de Maio, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma:

Capítulo	Códigos				Rubricas	Em contos	
	Divisão — Subdi- visão	Classificação		Alinea		Reforços e inscrições	Anulações
		Fun- cional	Económica				
02					Encargos gerais da Marinha		
	02				Pessoal militarizado		
		2.03	01.00		Remunerações certas e permanentes:		
			01.13		Pessoal fora do serviço aguardando aposentação	3.500	—
			01.42		Remunerações de pessoal diverso:		
				1	Dotação para reestruturação do quadro do pessoal	—	3 700
	03				Pessoal civil		
		2.03	01.00		Remunerações certas e permanentes:		
			01.13		Pessoal fora do serviço aguardando aposentação	200	—
	06				Meios de apoio logístico		
		2.03	21.00		Bens duradouros — Outros	—	78
	07				Despesas gerais		
		2.03	01.00		Remunerações certas e permanentes:		
			01.46		Subsídio de férias e de Natal:		
				1	Pessoal diverso	—	2 200
			10.00		Prestações directas — Previdência Social:		
			10.03		Outras prestações directas:		
				2	Prestações complementares (Decreto-Lei n.º 197/77, de 17 de Maio)	2 200	—
07					Comandos, forças, unidades e outros organismos em terra		
	15				Arquivo Geral da Marinha		
		2.03	01.00		Remunerações certas e permanentes:		
			01.42		Remunerações de pessoal diverso:		
				1	Pessoal tarefeiro	78	—
						5 978	5 978

As transferências de verbas acima discriminadas foram autorizadas por despacho de 19 de Novembro do Chefe do Estado-Maior da Armada com o acordo do Secretário de Estado do Orçamento em despacho de 27 imediato.

6.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 30 de Novembro de 1979. — O Director, *Carlos Romero Ivo de Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Resolução n.º 362/79

De harmonia com o seu programa nas áreas financeira e económica, o Governo tem vindo a orientar a sua acção e a sua actividade legislativa no sentido de propiciar as condições necessárias à conveniente

redinamização da actividade económica e à reversão da tendência para a degradação do poder de compra.

Neste mesmo sentido e em decorrência directa das orientações que agora propositivamente definiu para a política económica que se lhe afigura adequado prosseguir em 1980, o Conselho de Ministros, reunido em 22 de Novembro de 1979, resolveu promover, desde já, a aplicação das seguintes medidas, dirigidas especificamente ao aumento da propensão para investir,

à contenção da inflação e à defesa do poder aquisitivo dos rendimentos do trabalho:

- 1.º O alargamento e flexibilidade global de aplicação dos limites à concessão de crédito pelo sistema bancário, especialmente quanto ao financiamento de projectos;
- 2.º A efectiva intensificação da atribuição das bonificações da taxa de juro, já permitida pela recente revisão do esquema e critérios para a sua concessão, com prioridade para os sectores da agricultura e pescas e da habitação;
- 3.º A celebração dos acordos de reequilíbrio económico e financeiro cujas negociações estejam concluídas;
- 4.º A redução de um ponto da taxa de desconto do Banco Central e o reajustamento, em conformidade, das outras taxas de juro em vigor no mercado financeiro;
- 5.º A redução, para a ordem dos 0,5 % por mês, da taxa de depreciação efectiva do escudo;

- 6.º O acompanhamento da evolução das negociações colectivas tendente a compatibilizar as actualizações salariais com os objectivos de redução da taxa de inflação, de preservação do poder aquisitivo dos salários e ainda com as efectivas possibilidades dos sectores e das empresas;
- 7.º O aceleramento dos trabalhos em curso com vista a permitir, durante o 1.º trimestre de 1980, o início da entrega de títulos em pagamento das indemnizações decorrentes de nacionalizações;
- 8.º O estudo da viabilidade e oportunidade da constituição de sociedades de investimento privadas;
- 9.º A recomposição do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, como importante instrumento de concertação entre parceiros sociais, no sentido da consecução dos objectivos programáticos a visar neste domínio.

Presidência do Conselho de Ministros, 22 de Novembro de 1979. — O Primeiro-Ministro, *Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo*.

Resolução n.º 363/79

Tornando-se indispensável ocorrer ao reforço de dotação do Orçamento Geral do Estado em vigor, destinado a despesas não previstas e inadiáveis;

Considerando que no actual orçamento do Ministério das Finanças se encontra inscrita dotação provisória adequada para fazer face ao acréscimo das despesas antes referidas;

Com base no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/78, de 13 de Maio, o Conselho de Ministros, reunido em 30 de Novembro, resolveu autorizar as seguintes alterações nos orçamentos dos Ministérios abaixo designados:

Capítulo	Classificação		Alínea alfabética	Ministérios — Rubricas	Em contos	
	Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações
08	1.01.0	44.00	B	03 — Ministério das Finanças e do Plano		
		44.09		1 — Secretaria de Estado do Orçamento		
		44.09		Intendência-Geral do Orçamento		
				Outras despesas correntes:		
				Diversas:		
				Dotação provisória conforme o n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 64/77	-	6 930
02	1.01.0	44.00	A	19 — Ministério da Comunicação Social		
		44.09		Serviços do Ministério		
		44.09		Outras despesas correntes:		
				Diversas:		
				Despesas decorrentes da cobertura informativa do acto eleitoral	6 930	-
					6 930	6 930

Presidência do Conselho de Ministros, 30 de Novembro de 1979. — O Primeiro-Ministro, *Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo*.